

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/17**

**“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO  
REQUISITO PARA O CARGO DE  
COORDENADOR INSTITUCIONAL  
CONSTANTE NA LEI COMPLE-  
MENTAR Nº 37/2016”**

**Art. 1º** Fica alterado o requisito para o Cargo de Coordenador Institucional criado pela Lei Complementar nº 37/2016, constante no Anexo IV - Função de Confiança da Lei Complementar nº 007/2012- Estruturação do Quadro Geral do Plano de Carreira e Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Miracatu, conforme demonstramos a seguir:

**ANEXO IV – FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

<b>VAGAS</b>	<b>NOMENCLATURA</b>	<b>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</b>	<b>REF</b>	<b>C.H. SEM</b>
1	COORDENADOR INSTITUCIONAL	Ensino Superior e comprovação de experiência <b>mínima de 6 (seis) meses</b> na área de Assistência Social	19	40

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria, suplementada se necessário.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Miracatu, 19 de abril de 2017

**Pablo Lopes da Silva Pereira**  
Vice-Presidente

**Jair Bezerra da Silva**  
Secretário